

## ***Sumário***

<b>Abreviaturas</b> .....	<b>17</b>
<b>Prefácio (à 4ª edição)</b> .....	<b>21</b>
<b>Prefácio (à 3ª edição)</b> .....	<b>23</b>
<b>Prefácio (à 2ª edição)</b> .....	<b>25</b>
<b>Nota Introdutória (à 1ª edição)</b> .....	<b>27</b>
<b>§ 1º – Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedades</b> .....	<b>31</b>
1.1 Disciplina do tema no CPC/1939 e no CPC/1973 .....	31
1.2 Dissolução parcial no CPC/2015: a errônea disciplina conjunta com a ação de apuração de haveres .....	34
1.3 Sociedades abrangidas pela disciplina processual .....	37
1.4 Dissolução total e a ausência de regras específicas. ....	38
1.5 Sobreposição de regras de direito material e processual: direito intertemporal .....	41
<b>Art. 599</b> .....	<b>42</b>
2.1 O objeto da ação de dissolução parcial: disciplina conjun- ta .....	42
2.2 Pretensões cumuladas ou autônomas .....	43
2.3 Cumulação escalonada e necessária de pedidos (casos em que a apuração sem a prévia dissolução é inadmissível) ...	45
2.4 Cumulação facultativa de pedidos (casos em que a disso- lução sem a subsequente apuração se revela admissível) ..	46
2.5 Cumulação de pedidos de dissolução e apuração: o rito da ação em duas etapas .....	47
2.6 Cumulação simples de outros pedidos .....	49
2.7 Dissolução parcial “stricto sensu” (inc. I), mas em relação a quem nada precisa ser resolvido .....	49

2.8	Documento essencial (§ 1º)	51
2.9	Valor da causa e competência	51
2.10	Jurisdição e competência	52
2.11	Dissolução parcial de S/A: hipótese de cabimento (§ 2º)	53
<b>Art. 600</b>		58
3.1	Legitimação ativa: o problema da disciplina unitária	58
3.2	Espólio do sócio falecido (inc. I)	59
3.3	Sucessores do sócio falecido (inc. II)	60
3.4	Sociedade (inc. III): pretensão liberatória	61
3.5	Retirante (inc. IV): qual o sentido?	62
3.6	Sociedade (inc. V): exclusão judicial	63
3.7	Sociedade (inc. V): exclusão judicial é admissível apenas quando não for viável a extrajudicial?	67
3.8	Excluído (inc. VI)	70
3.9	Cônjuge ou companheiro de sócio: alteração no regime do CC-2002	71
3.10	Herdeiro de cônjuge ou companheiro de sócio: lacuna no CPC-2015	74
3.11	Sócio: dissolução parcial alternativa à total	74
<b>Art. 601</b>		77
4.1	Legitimação passiva: os problemas trazidos pela disciplina unitária	77
4.2	Legitimação passiva na dissolução parcial <i>stricto sensu</i> : de regra, sócios e sociedade em litisconsórcio passivo necessário	79
4.3	Legitimação passiva na apuração de haveres: de regra, somente a sociedade	81
4.4	Legitimação passiva na apuração de haveres em sociedades de responsabilidade mista ou ilimitada; e não personificadas	85
4.5	Legitimação passiva em caso de cumulação de demandas de dissolução parcial <i>stricto sensu</i> e apuração de haveres	86
4.6	Ex-sócio e falta de atualização do quadro societário	87
4.7	Prazo de defesa	87
4.8	Regra de sanação imperfeita e contraditória	87
4.9	Defesa	89

<b>Art. 602</b> .....	89
5.1 Pedido contraposto e compensação de pretensões ilíquidas, mas liquidáveis .....	89
5.2 Pedido contraposto do sócio .....	90
<b>Art. 603</b> .....	92
6.1 Aquiescência com o pedido de dissolução e apuração .....	92
6.2 Aquiescência com o pedido de dissolução, mas não com o de apuração de haveres .....	93
6.3 Aquiescência com a dissolução parcial (consequência), havendo controvérsia quanto a sua causa .....	93
6.4 Resistência à pretensão e procedimento a observar .....	94
6.5 Custos da perícia .....	94
6.6 Sucumbência .....	96
<b>Art. 604</b> .....	96
7.1 Elementos da apuração de haveres .....	96
7.2 Adiantamento da parcela incontroversa: destinatários da ordem e a responsabilidade pela efetivação .....	97
7.3 Adiantamento da parcela incontroversa no litisconsórcio simples em grupo de sociedades .....	100
<b>Art. 605</b> .....	101
8.1 Data de referência e a sua importância .....	101
8.2 Sócio falecido (inc. I) .....	104
8.3 Sócio retirante na retirada simples (inc. II) .....	104
8.4 Sócio retirante no recesso (inc. III) .....	107
8.5 Sócio retirante na retirada por justa causa e sócio excluído judicialmente (inc. IV) .....	107
8.6 Sócio excluído por exclusão extrajudicial (inc. V) .....	110
8.7 Outras hipóteses não disciplinadas .....	110
<b>Art. 606</b> .....	111
9.1 Critério convencional de apuração de haveres .....	111
9.2 Critério supletivo de apuração de haveres .....	115
9.3 Critério supletivo de apuração de haveres: temas correlatos .....	122

9.4	“Personal goodwill” (ou aviamento personalíssimo do sócio) .....	125
9.5	Situação patrimonial deficitária .....	128
9.6	Perícia de avaliação .....	130
<b>Art. 607</b>	.....	130
10.1	Revisibilidade dos critérios de apuração: disciplina descabida .....	130
10.2	Recorribilidade .....	132
<b>Art. 608</b>	.....	132
11.1	Quinhão de liquidação e saldo de lucros .....	132
11.2	Acessórios incidentes sobre os haveres .....	133
<b>Art. 609.</b>	.....	134
12.1	Forma de pagamento: disciplina expletiva .....	134
12.2	Pagamento, de regra, em dinheiro .....	134
12.3	Prazo de pagamento .....	136
12.4	Responsabilidade do sócio que se despede .....	137
<b>§ 2<sup>o</sup> – Da Responsabilidade Patrimonial</b>	.....	139

### **Capítulo V Da Responsabilidade Patrimonial**

<b>Art. 790</b>	.....	139
<b>Art. 795</b>	.....	140
13.1	Responsabilidade executiva secundária do sócio .....	140
13.2	Responsabilidade patrimonial do sócio .....	141
13.3	Indispensabilidade da citação do sócio .....	142
13.4	Benefício de ordem .....	143
13.5	Direito de regresso .....	145
<b>§ 3<sup>o</sup> – Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica</b>	.....	147

### **Capítulo IV Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica**

14.1	Desconsideração da personalidade jurídica: introdução .	147
------	---------------------------------------------------------	-----

14.2	Denominação do instituto .....	150
14.3	Desconsideração da personalidade jurídica: modalidades .....	151
14.4	Desconsideração atributiva .....	152
14.5	Desconsideração para fins de imposição de responsabilidade por dívida alheia: pressupostos de direito material .....	154
14.6	Regra geral de desconsideração da personalidade jurídica no direito privado (CC, art. 50) .....	156
14.6.1	Entes aos quais se aplica .....	156
14.6.2	Pressupostos e hipóteses .....	160
14.6.2.1	Desvio de finalidade .....	162
14.6.2.2	Confusão patrimonial .....	164
14.6.2.3	Caráter estrito dos pressupostos .....	165
14.6.3	Insuficiência patrimonial .....	169
14.6.4	Pessoas atingidas .....	169
14.6.5	Consequências da desconsideração da personalidade jurídica .....	172
14.6.6	Interação com outros institutos .....	172
14.7	Regras especiais de desconsideração na legislação esparsa .....	174
14.8	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica: natureza jurídica, objeto e hipóteses de aplicação .....	174
14.9	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica: aplicabilidade a hipóteses de imposição direta de responsabilidade? .....	175
14.10	Desconsideração “expansiva”: o reconhecimento incidental de sociedade em comum e de outras situações de responsabilização .....	178
<b>Art. 133</b>	.....	180
15.1	Poder de iniciativa .....	180
15.2	Legitimidade ativa e passiva .....	181
15.3	Pressupostos de direito material .....	182
15.4	Desconsideração inversa .....	182
15.5	Desconsiderações sucessivas (direta e inversa, simultaneamente) .....	185
<b>Art. 134</b>	.....	186
16.1	Processos em que o incidente é admissível .....	186

16.2	Momentos em que o incidente é cabível .....	186
16.3	Competência .....	187
16.4	Incidente de desconsideração perante os tribunais .....	188
16.5	Comunicação ao distribuidor .....	188
16.6	Efeito suspensivo: amplitude .....	188
16.7	Tutela de urgência: arresto e sequestro cautelar possíveis, desde que presentes os pressupostos legitimadores .....	189
16.8	Pressupostos formais do incidente .....	191
16.9	Desconsideração pleiteada na petição inicial: desnecessi- dade de incidente .....	191
<b>Art. 135</b>	.....	193
17.1	Processamento inicial .....	193
17.2	Recorribilidade autônoma do “cite-se”? .....	195
17.3	Citação do terceiro .....	196
17.4	Defesa do terceiro: amplitude .....	196
17.5	Contumácia .....	197
17.6	Instrução .....	197
17.7	Recorribilidade das interlocutórias .....	198
<b>Art. 136</b>	.....	198
18.1	Decisão: natureza jurídica do pronunciamento .....	198
18.2	Sucumbência .....	199
18.3	Recorribilidade: legitimados .....	202
18.4	Recorribilidade: agravo e sustentação oral .....	203
18.5	Posição jurídica do terceiro no processo .....	203
18.6	Efeitos da decisão .....	203
18.7	Coisa julgada e impugnação .....	204
<b>Art. 137</b>	.....	205
19.1	Fraude à execução: só com a citação do imputado .....	205

**CPC/2015, Parte Geral, Livro III, Título III, Livro  
Complementar, “Disposições Finais e Transitórias”, art. 1.062**

<b>Art. 1.062</b>	.....	208
20.1	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no sistema dos Juizados Especiais .....	208

20.2	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica na Justiça do Trabalho .....	208
20.3	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica nas execuções fiscais .....	209

**Lei de Recuperação de Empresas e Falência  
(L. 11.101/2005), art. 82-A**

<b>Art. 82-A</b> .....	212
21.1 Desconsideração da personalidade jurídica na falência ..	212
21.2 Desconsideração da personalidade jurídica e outros remédios da LRE .....	215
21.3 Desconsideração da personalidade jurídica na recuperação judicial .....	215
21.4 Poder de iniciativa (legitimados ativos) .....	217
21.5 Competência .....	218
21.6 Procedimento .....	220
21.7 Efeitos do julgamento .....	220

<b>§ 4º – Da Penhora de Quotas e Ações, Empresa e Faturamento; Adjudicação e Preferência</b> .....	223
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

**Parte Especial, Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. III  
Subseção VII – Da Penhora das Quotas ou das  
Ações de Sociedades Personificadas**

22.1 Penhorabilidade de quotas e ações .....	223
22.2 Disciplina do tema no CCom e no CPC/1939 .....	224
22.3 Disciplina do tema no CPC/1973 (até 2006) .....	225
22.4 Disciplina do tema no CC/2002 .....	227
22.5 Disciplina do tema no CPC/1973 (após 2006) .....	231
22.6 Disciplina do tema no CPC/2015 .....	232
22.7 Impenhorabilidade prevista no estatuto ou no contrato social: ineficácia .....	232
22.8 Intransferibilidade das quotas de cooperativa não importa na sua impenhorabilidade .....	234
22.9 Penhorabilidade de títulos associativos .....	235
22.10 Penhorabilidade de quotas de sociedade de advogados e outras sociedades exercentes de atividade intelectual ....	236

22.11 Penhorabilidade de quotas de sociedade em recuperação judicial .....	236
<b>Art. 861</b> .....	238
23.1 O objeto da disciplina .....	238
23.2 A sociedade diante da penhora: posição jurídica, providências e prazo .....	239
23.3 O credor diante da penhora das quotas: posição jurídica	241
23.4 Levantamento de balanço especial .....	242
23.5 Destinação das quotas: alienação a sócio ou liquidação	244
23.6 Liquidação judicial (anômala apuração incidental de haveres) .....	245
23.7 Solução final: leilão .....	247
23.8 Posição jurídica do adquirente .....	247
23.9 Apreciação crítica .....	248

**Parte Especial, Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. III**  
**Subseção VIII – Da Penhora de Empresa, de Outros**  
**Estabelecimentos e de Semoventes**

24.1 Penhora de empresa: precisões conceituais .....	249
24.2 Objeto da penhora .....	250
24.3 Penhora de universalidade: dificuldades .....	250
<b>Art. 862</b> .....	251
25.1 Procedimento .....	251
25.2 Penhora de semoventes .....	253
25.3 Edifícios em construção .....	253
<b>Art. 863</b> .....	254
26.1 Penhora de empresa prestadora de serviço público .....	254
26.2 Procedimento .....	255
<b>Art. 864</b> .....	256
27.1 Penhora de navio ou aeronave .....	256
27.2 Registro de penhora de navio ou aeronave .....	257
<b>Art. 865</b> .....	258
28.1 Excepcionalidade da medida .....	258

**Parte Especial, Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. III**  
**Subseção IX – Da Penhora de Percentual de**  
**Faturamento de Empresa**

29.1 Penhora de faturamento de empresa: precisões conceituais .....	259
<b>Art. 866</b> .....	261
30.1 Excepcionalidade da medida .....	261
30.2 Objeto da penhora .....	263
30.3 Administrador judicial .....	265
30.4 Procedimento .....	266
30.5 Regência supletiva .....	267

**Parte Especial, Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. III**  
**Subseção X – Da Penhora de Frutos e Rendimentos**  
**de Coisa Móvel ou Imóvel**

31. ( <i>Reservado</i> ) .....	267
<b>Art. 867</b> .....	268
32.1 Objeto da penhora .....	268
32.2 Eficiência e menor onerosidade .....	269
32.3 Concordância do devedor e imposição de ofício .....	270
<b>Art. 868</b> .....	271
33.1 Procedimento .....	271
33.2 Restrições ao poder do devedor .....	271
33.3 Oponibilidade a terceiros .....	272
<b>Art. 869</b> .....	273
34.1 Administrador-depositário: escolha e designação .....	273
34.2 Sujeição a controle judicial .....	274
34.3 Locação .....	274
34.4 Quitação .....	274

**Parte Especial, Liv. II, Tít. II, Cap. IV, Seç. IV**  
**– Da Expropriação de Bens”, Subseção I**  
**– Da Adjudicação**

35. ( <i>Reservado</i> ) .....	275
--------------------------------	-----

<b>Art. 876</b> .....	276
36.1 Adjudicação de quotas e ações de companhia fechada ..	276
36.2 Intimação da sociedade e comunicação aos sócios .....	277
36.3 Ordem de preferência .....	278
36.4 Licitação .....	278
36.5 Preferência nas demais modalidades de alienação judicial .....	278
<b><i>Adendo Legislativo</i></b> .....	281
<b><i>Bibliografia</i></b> .....	315
<b><i>Índice Onomástico</i></b> .....	351
<b><i>Índice Alfabético-Remissivo</i></b> .....	359